

NOTAS CRÍTICAS SOBRE MARCUSE E ALTHUSSER

CRITICAL NOTES ON MARCUSE AND ALTHUSSER

Eduardo Barbosa Parra¹

Resumo: A ligação entre teoria e prática sempre foi um princípio para a tradição marxista, para esta a teoria deve ser um guia para a práxis revolucionária, deve sempre estar à serviço da transformação social e da emancipação humana. Mas, a partir da década de 1920, a teoria marxista passa a sofrer uma metamorfose que consiste na ruptura desse elo fundamental entre teoria e prática, tornando-se uma teoria acadêmica e com diversos elementos de capitulação teórica diante dos postulados da teoria burguesa. Nesse trabalho pretendemos fazer uma breve comparação entre as elaborações de Marcuse e Althusser nas temáticas: possibilidade de ruptura revolucionária e alcance do processo emancipatório que esta ruptura pode acarretar. Veremos que ambos os autores sustentam um pessimismo em relação às possibilidades de ruptura e emancipação, cada qual à sua própria maneira. A causa particular que molda as diferentes posições de nossos autores liga-se com a particularidade com que cada um se relacionava para com o partido comunista e para com a teoria burguesa acadêmica. Em suma, veremos em Althusser uma defesa da possibilidade de uma revolução presente, mas com pessimismo em relação ao alcance transformador desse ato emancipatório; enquanto em Marcuse veremos a defesa acerca da possibilidade teórica da existência de um sujeito completamente livre dos entraves internos e externos que alienam sua existência, mas as elaborações marcuseanas não consideram possível a realização de um processo de ruptura em seu presente histórico, relegando-o para um futuro incerto.

Palavras-chave: Marx. Freud. Revolução. Emancipação. Sujeitos.

Abstract: The link between theory and practice has always been a principle for the Marxist tradition, for this theory to be a guide to revolutionary praxis, should always be at the service of social transformation and human emancipation. But from the 1920s, Marxist theory becomes undergoes a metamorphosis that constitutes breach of this fundamental link between theory and practice, becoming an academic and various elements of the theoretical capitulation of the bourgeois theory postulates of the theory. In this paper we intend to make a brief comparison between the elaborations of Marcuse and Althusser in the subject: the possibility of revolutionary and emancipatory scope of the process that this disruption may cause rupture. We will see that both authors sustains a mood of pessimism about the possibilities of rupture and emancipation, each in their own way. The particular question that shapes the different positions of our authors binds with the particularity that each was related to with the Communist Party and to the bourgeois academic theory. In short, we will see a defense of Althusser possibility of this revolution, but with pessimism about the transformative emancipatory scope of this act; as we shall see in Marcuse's defense about the theoretical possibility of a completely free subject of internal and external barriers that alienate their existence, but marcuseanas elaborations do not consider it possible to perform a process of rupture in its historical present, relegating it to an uncertain future.

Keywords: Marx. Freud. Revolution. Emancipation. Subject.

* * *

¹ Mestrando em Filosofia pela UNESP/Campus de Marília. E-mail: eduardobparra@gmail.com

As linhas que se seguem devem ser encaradas como notas preliminares para uma pesquisa mais extensa e substancial que deverá ser apresentada em um momento futuro. Para tanto, procederemos uma sintética comparação entre Marcuse e Althusser no tocante às suas conclusões acerca dos temas essência da sociedade humana, possibilidade de ruptura revolucionária para com a ordem repressiva/exploratória e, por fim, o alcance da emancipação humana. Como veremos adiante, ambas as teorias acabam por sustentar uma postura pessimista em relação à possibilidade de ruptura revolucionária e alcance da emancipação humana. Esse pessimismo pode ser enquadrado na noção de “marxismo ocidental”, de Anderson. Para este, após a I Guerra o marxismo afastou-se da práxis revolucionária, encarcerando-se dentro da academia burguesa, amalgamando ao marxismo teorias estranhas ao seu método, abordando temáticas sem importância para a organização da luta do proletariado internacional etc.

A característica oculta do marxismo ocidental como um todo, portanto, é ser produto de uma *derrota*: o fracasso da revolução socialista em propagar-se para fora da Rússia, causa e consequência de sua corrupção dentro daquele país, é a base comum de toda a tradição teórica desse período. (ANDERSON, 2004a, p.62)

A derrota que significou o stalinismo para o movimento comunista mundial teve influência no campo do desenvolvimento teórico. Além da influência moral exercida pela URSS sobre a intelectualidade de esquerda internacional (o que tornava a camarilha burocrática stalinista, aos olhos de todos, os herdeiros formais da revolução, ainda que defendessem teses estranhas ao marxismo revolucionário), a burocracia soviética censurou e controlou a elaboração teórica de todos os Partidos Comunistas do mundo. Ademais, mesmo para os intelectuais que encontravam-se fora das fileiras comunistas, a influência da experiência soviética – seu peso histórico objetivo – foi o próprio campo que pautou o debate teórico (negativa e positivamente). Nossos autores não passaram ilesos sobre esse fado, como veremos.

Sobre a problemática de qual é a constituição fundamental dos seres humanos enquanto seres que se reproduzem coletivamente, temos um confronto de dois princípios que partem de perspectivas de abordagens completamente distintas e, de certo modo, que levam a resultados em vários aspectos antagônicos: em Marcuse temos o desenvolvimento civilizacional como resultado de um “trauma originário” que haveria moldado psicofisiologicamente a existência de todos os indivíduos com base em um “tabu repressivo”, o qual se reproduziria imediatamente na esfera individual e na

construção social institucional que esses indivíduos procederiam através desse mesmo princípio²; já para Althusser, a essência do que ele designa por “totalidade social” estaria não em uma espécie de natureza ou tendência incrustada nos indivíduos, mas, na natureza do modo de produção de cada formação social, ou seja, o fundamento primeiro e necessário da sociedade seriam suas relações de produção e reprodução material da vida, as quais, nas sociedades de classe, seriam “relações de exploração”³.

O primeiro resultado mais saliente dessa exposição inicial é que nossos autores partem de pontos imediatamente distintos, por um lado, temos uma filosofia marcuseana que parte do indivíduo como base para formação de todo o edifício social, por outro lado, temos uma filosofia althusseriana que vê nas relações coletivas de reprodução a essência da sociedade. A base teórica que separa os dois autores também se mostra diversa, a psicanálise freudiana se mostra muitíssimo atuante nas proposituras de Marcuse pressuposto ser a interpretação edipiana, com a noção do “sentimento de culpa”, o centro de desenvolvimento da civilização. Não obstante, o conceito de todo social althusseriano mostra-se diretamente baseado em uma leitura marxista de sociedade, onde se busca enxergar o desenvolvimento humano a partir de sua determinação material em operação nas relações complexas entre estruturas. Destarte, simplificando nossas formulações, vemos a oposição entre uma sociedade resultante do desenvolvimento de tendências individuais e a sociedade resultante de relações de produção que determinam as relações entre classes sociais, relações responsáveis por determinar os sujeitos historicamente existentes.

Não se trata de afirmar que Marcuse considere um indivíduo formado imaterialmente, pelo contrário, ainda que sua análise parta de uma abstração, como já vimos, ele considera a formação psicofísica individual através de relações concretas de dominação e repressão ocorridas na pré-história civilizacional (é disso que se trata a interpretação do mito de Édipo), onde um parricídio ocorrido nas primeiras hordas humanas teria dado origem ao monoteísmo e à civilização (como resultado do sentimento de culpa pelo assassinato do pai primordial), bem como, a formação da

² “Para Freud, o destino universal está nos impulsos instintivos, mas também estes estão sujeitos às ‘modificações’ históricas. No princípio, é a experiência de dominação, simbolizada pelo pai primordial – a situação extrema de Édipo. Nunca é inteiramente superada: o ego maduro da personalidade civilizada ainda preserva a herança arcaica do homem.” (MARCUSE, p.68, 1981)

³ “Pode-se, então, enunciar a seguinte proposição bem simples: um modo de produção não subsiste a não ser na medida em que é garantida a reprodução das condições de produção, entre as quais o papel determinante é desempenhado pela reprodução das relações de produção”. (ALTHUSSER, p.172, 1999)

psique dos indivíduos com base nessa culpa originária e em seu consequente princípio de repressão:

Os parricidas rebeldes agem unicamente para frustrar a *primeira* consequência, a ameaça: restabelecem a dominação, substituindo um pai por muitos e, depois, deificando e internalizando o pai único. Mas, ao fazê-lo, atraíam a promessa de seu próprio ato: a promessa de liberdade. (MARCUSE, p.74, 1981)

Por outro lado, a objetivação dessa culpa originária – culpa apenas mitohipoteticamente mencionada, assim como nas ditas obras sociológicas de Freud – em instituições sociais que impõe/reproduz o princípio de repressão, isso permitiria a possibilidade teórica de ruptura com esse princípio (criando instituições adversas a este princípio) e fundando um novo indivíduo com uma psicologia ancorada em um paradigma outro⁴.

No entanto, devemos observar que há uma diferença essencial entre esses dois pontos de partida (um individual, o outro considerando sempre uma totalidade social previamente determinada como condição para a existência dos próprios indivíduos), diferença essa que, por assim dizer, pressuposto seu desenvolvimento até às últimas consequências, deverá resultar em teorias da revolução e emancipação humana completamente antagônicas.

No momento, nos cabe elaborar uma pequena síntese acerca da oposição entre Althusser e Marcuse no que tange à temática do fundamento da sociedade:

- Para Marcuse, a essência da civilização teria uma tendência, expressa na configuração do aparelho psíquico e no jogo de forças vitais dos indivíduos, como nas instituições sócio-ideológicas, a sempre reproduzir a *repressão*, a qual estaria incrustada na natureza dos indivíduos dado o sentimento de culpa por um parricídio originário na história da gênese humana. Na atual sociedade capitalista, pautada pela reprodução do trabalho alienando, esse princípio de repressão se metamorfosearia em *princípio de desempenho* (isso graças ao desenvolvimento das forças produtivas e o relativo fim de um regime de escassez na produção da existência humana), moldando indivíduos e instituições sociais⁵.

⁴ “[...] são, no nível social, os que se nos deparam nas instituições e ideologias que o indivíduo enfrenta cotidianamente e que reproduzem, em sua própria estrutura, tanto a dominação quanto o impulso para a destruir (família, escola, oficina e escritório, o Estado, a lei, a filosofia e a moral predominantes)”. (MARCUSE, p.80, 1981)

⁵ O retorno do oprimido se dá historicamente através não do arrependimento diretamente pela morte do Pai Primordial, mas pela estrutura do aparelho psíquico (ego e superego) a qual é forjada pelo processo de desenvolvimento civilizacional por meio de processos “somáticos, mentais e sociais”, engendrados a

A dominação ultrapassou a esfera das relações pessoais e criou instituições para a satisfação ordeira das necessidades humanas, numa escala crescente. Mas é precisamente o desenvolvimento dessas instituições que está abalando os alicerces estabelecidos da civilização. Seus limites interiores aparecem na recente era industrial. (MARCUSE, p.82, 1981)

- Em contraposição a esta perspectiva, as formulações althusserianas – inclusive, como vimos acima, em *Sobre a Reprodução*, o autor francês antagoniza diretamente os partidários da repressão como essência da sociedade, argumentando em favor da determinação da sociedade através das relações de produção⁶ – nos mostra um primado das relações sociais de produção material, seriam estas relações às quais, de maneira complexa, através da luta de classes, determinariam todas as esferas da vida humana.

Como dizia Marx, até mesmo uma criança sabe que, se uma formação social não *reproduzir* as condições da produção ao mesmo tempo que produz, não conseguirá sobreviver um ano. A condição última da reprodução é, portanto, *a reprodução das condições de produção*. Esta pode ser 'simples' (limitando-se a reproduzir exatamente as condições da produção anterior) ou 'ampliada' (estendendo-as). No tomo I, deixamos de lado esta última distinção capital que retomaremos no tomo II. (ALTHUSSER, p.71, 1999)

Esse antagonismo inicial começa a mostrar a profundidade de suas diferenças em nossas duas temáticas subsequentes. No que toca à possibilidade de uma revolução social, ambos os autores sinalizam afirmativamente. Vemos aqui uma aproximação maior de Marcuse para com o pensamento marxista, visto, pois, o mesmo reconhece a possibilidade teórica de uma transformação social que reconfigure as características do próprio indivíduo. Vejamos.

Para Marcuse, o princípio de repressão, transformado em princípio de desempenho no capitalismo, se reproduz em dois níveis, um endógeno e outro exógeno.

partir de diversas instituições. A espécie de *restrição* que esse processo introjeta é o *análogo racional* da repressão originária, a família monogâmica representa a restrição de Eros; a propriedade privada, a herança e a universalização do trabalho sinalizam, para o filho, com a possibilidade futura de desfrute de Eros a partir da reprodução dessa mesma estrutura familiar. A puberdade seria, então, um processo legítimo dessa civilização, no qual o filho está se emancipando do julgo patriarcal “[...] para ser ele próprio pai e patrão” (MARCUSE, p.81, 1981). O “princípio do prazer” é apenas cambiado pelo “princípio de desempenho”. Na horda primordial, Eros e Thanatos são separados a partir do tabu do incesto, a inibição ao *amor originário* pela mãe é convertida em *ternura*, o tabu ao incesto é o tabu ao *nirvana*. O jogo entre ternura e satisfação sensual se dá pela passagem da mãe (abstinência) para a mulher (satisfação).

⁶ “Digamos simplesmente, para sermos compreendidos por todos e por cada um, que uma formação social designa toda 'sociedade concreta' historicamente existente, e que *individualizada*, portanto, distinta de suas contemporâneas e de seu próprio passado, pelo modo de produção que domina ai.” (ALTHUSSER, p.42, 1999)

De maneira endógena, o indivíduo reproduziria esse princípio na configuração de seu aparelho psíquico e no jogo de forças vitais (Eros e Thanatos). Enquanto os fatores exógenos reprodutores do princípio de desempenho são as instituições culturais/ideológicas as quais reproduzem a repressão e o trabalho alienado. Essa luta entre impulso erótico e pulsão de morte é a força motriz do desenvolvimento da civilização. Assim, contraditoriamente, o progresso da civilização implica em um fortalecimento do instinto de morte (regressão à thanatos): “A dominação e o aumento de poder e da produtividade prosseguem através da destruição, para além da necessidade racional. A busca de libertação é obscurecida pela busca do Nirvana” (MARCUSE, p.105, 1981).

É justamente aqui que as teses marcuseanas, ainda que sem prescindir de Freud, se aproximam do materialismo marxista, sem, no entanto, adotá-lo em suas consequências mais profundas. Ora, visto essas instituições reproduzirem a “repressão” materialmente através, principalmente, do trabalho alienado e da violência direta, em uma civilização em que, dado um regime de abundância material, não fosse mais necessária a relação de dominação e sua conseqüente alienação do trabalho, essas instituições poderiam hipoteticamente se organizar com base em um outro princípio que não o princípio de desempenho – aqui existe uma aproximação maior das formulações de nosso autor de alguns dos pressupostos da teoria materialista de sociedade existente no pensamento marxista.

O princípio de desempenho impõe uma organização repressiva integrada da sexualidade e do instinto de destruição. Portanto, se o processo histórico propender para tornar obsoletas as instituições do princípio de desempenho, tenderá também para tornar obsoleta a organização dos instintos – isto é, para libertar os instintos das restrições e desvios requeridos pelo princípio de desempenho. (MARCUSE, p.124, 1981)

Porém, essa possibilidade teórica de emancipação encontra-se obstaculizada em dois sentidos: mesmo com o desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade, as quais avançam no sentido de abolir o regime de escassez, o trabalho alienado e suas instituições correspondentes, como dissemos, continuam a se reproduzir e se perpetuar na história capitalista; de outra sorte, do ponto de vista endógeno, o

princípio de desempenho continuaria a se reproduzir nos indivíduos⁷ dada, sobretudo, a lembrança daqueles que anteriormente morreram violentamente em sofrimento. “Mas até o advento supremo da liberdade não pode redimir aqueles que morrem em dor. É a recordação deles e a culpa acumulada da humanidade contra as suas vítimas que obscurecem as perspectivas de uma civilização sem repressão.” (MARCUSE, p.204, 1981).

Essas duas constatações empíricas seriam os fatores que acabariam frustrando a possibilidade da construção de uma nova sociedade. Nesse mesmo ponto, onde acabamos de verificar uma breve aproximação do marxismo quando o autor afirma que possa haver instituições culturais concretamente baseadas em outro princípio de realidade, há também um simultâneo afastamento do pensamento marxista, na medida em que o autor conclui, a partir de uma observação empírica imediata, de maneira pessimista, que a persistência do trabalho alienado e da lembrança da violência passada seriam fatores que frustrariam o horizonte dessa ruptura revolucionária (aqui a um retorno ao modelo freudiano edípiano, pois, a repressão sempre retornaria ao ser dos indivíduos na forma de uma espécie de sentimento de culpa, assim como ocorreu na alegoria do parricídio primordial). Esse pessimismo em relação à revolução, podemos brevemente sinalizar, pode ser resultado de um maior peso para o arcabouço teórico freudiano e um grande distanciamento do marxismo. Isto é, dizer que o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade é a base objetiva sobre a qual deverá emergir a nova sociedade é uma afirmação muito próxima do marxismo. Não obstante, concluir que o horizonte revolucionário encontra-se escamoteado graças à persistência do trabalho alienado e das instituições repressoras, isso configura um abandono das teses marxistas, exatamente porque o nosso autor deixa de considerar que a transformação social é objeto não somente do desenvolvimento das forças produtivas, mas da luta de classes (organizações e partidos classistas), da vitória ou derrota da classe operária. Dizer que “misteriosamente” a alienação e a repressão insistem em continuar se reproduzindo (endógena e exogenamente) é um abandono da teoria marxista, além de ser uma constatação dos efeitos do processo (verificamos que não

⁷ Marcuse, comentando a cosmovisão de Freud: “Nessa concepção, é principalmente o instinto de morte que parece desafiar qualquer hipótese de uma civilização não repressiva; a própria existência de tal instinto parece engendrar ‘automaticamente’ toda a rede de restrições e controles instituída pela civilização; a destrutividade inata deve provocar a perpétua repressão.” (MARCUSE, p.127, 1981)

ocorreu mudança social e individual) e não das causas desse processo social (quais fatores impediram a realização da tendência objetiva de transformação).

Já Althusser, ainda se mantendo no horizonte marxista, considera a possibilidade revolucionária a partir da análise do desenvolvimento das forças produtivas e do desenvolvimento da luta de classes. A revolução nada mais é do que a derrubada da classe exploradora do poder de estado, a destruição de seus aparelhos institucionais e a edificação de outras instituições de natureza completamente distinta. Porém, as proposições althusserianas compreendem esse processo não de maneira linear, como se seu desenvolvimento se desse automaticamente, mas como resultado das derrotas e vitórias da classe trabalhadora organizada (partido revolucionário). Ou seja, a revolução é o resultado de uma determinação complexa existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a luta revolucionária da classe operária. Se a revolução não acontece, isso é devido uma derrota de classe e não pela “persistência da repressão e exploração”.

No sentido forte, uma revolução social consiste, portanto, em desapossar a classe dominante do poder de Estado, isto é, da utilização de seus Aparelhos de Estado que garantem a reprodução das relações de produção existentes, para estabelecer novas relações de produção cuja reprodução é garantida pela destruição dos antigos Aparelhos de Estado e a edificação (longa e difícil) de novos Aparelhos de Estado. Exemplo de revoluções no sentido forte (sociais): as revoluções burguesas de 1789 na França, a Revolução socialista russa de 1917, a Revolução socialista chinesa (1949), etc. (ALTHUSSER, p.173, 1999)

Sobre a teoria da revolução, temos sinteticamente:

- Marcuse parece sustentar uma atitude pessimista em relação à possibilidade de revolução. As instituições culturais acabariam sempre persistindo em reproduzir o princípio de desempenho na figura concreta do trabalho alienado. Os indivíduos continuariam a desenvolver, dada à história repressora da civilização, sua psique e suas forças vitais através desse mesmo princípio. Destarte, a possibilidade teórica da revolução seria ofuscada por essa ocorrência empírica. Parece que, principalmente, a constatação da persistência do princípio de repressão na esfera dos indivíduos (configuração do aparelho psíquico e jogo de forças vitais) é um dos principais fatores para o pessimismo marcuseano – essas teses se ancoram em uma leitura de Freud.
- Althusser mantém-se em uma perspectiva mais otimista, sinalizando positivamente para a possibilidade revolucionária, tanto do ponto de vista objetivo do desenvolvimento das forças produtivas, quanto do ponto de vista das relações e lutas de

classes (os dois fatores mais determinantes do “todo complexo estruturado” que é a sociedade). Portanto, se a revolução até hoje não aconteceu foi devido a um resultado negativo da luta de classes proletária, mas a história (que é ela própria luta de classes) sinaliza amplamente para a possibilidade de uma transformação radical da essência de classe da produção e instituições sociais – essas teses se baseiam em uma leitura de Marx.

Por fim, nosso terceiro objeto, o alcance da emancipação humana:

Em Marcuse, como fica evidente pelas formulações anteriores, existe a possibilidade teórica de emancipação dos indivíduos e da civilização em uma hipotética existência pautada não por um princípio repressivo, mas por um “princípio de prazer”. Nessa possibilidade teórica estariam inclusos o fim do trabalho alienado, indivíduos de constituição psíquica e um jogo de forças vitais favoráveis ao prazer e ao desenvolvimento estético e, conseqüentemente, uma organização social tal que permitiria a realização dos indivíduos em todos os ramos de sua vida (uma existência não estranhada).

Quando o sofrimento e a carência retrocedem, o princípio de nirvana poderá reconciliar-se com o princípio de realidade. [...] A ‘natureza conservadora’ dos instintos acabaria repousando num presente realizado em plenitude. A morte deixaria de ser a finalidade dos instintos. Continua sendo um fato, talvez mesmo uma necessidade suprema – mas uma necessidade contra a qual a energia irreprimida da humanidade protestará, contra a qual deflagrará sua maior batalha. (MARCUSE, p.203, 1981)

No entanto, essa perspectiva seria frustrada na realidade empírica imediata pela persistência das relações pautadas no princípio de desempenho e, principalmente, por uma culpa histórica pelos que morreram, a qual pesaria sob os indivíduos, sempre reforçando a vigência do mesmo princípio repressivo. A história seria não o “motor da luta de classes” e da superação de formas de exploração, mas o freio que impede os homens de se emanciparem plenamente.

Entretantes, podemos sumariar que se por um lado a leitura marcuseana pode ser classificada como negativa ou pessimista em relação à possibilidade de emancipação política e humana imediatas em seu período histórico, por outro lado, o mesmo concebe a possibilidade de uma existência humana plenamente emancipada, livre de alienação, estranhamento ou qualquer engodo ideológico – um indivíduo plenamente realizado vivendo tão-somente sua realidade concreta livre de repressão e voltada ao prazer.

Em Althusser, no que tange ao alcance da emancipação humana, parece haver um retrocesso em relação às formulações estritamente marxistas. A possibilidade revolucionária de transformação do todo social a qual vimos ser afirmada em termos materiais e políticos em nosso ponto anterior, parece não adquirir tanta amplitude no que toca ao tipo de sujeito que seria derivado da nova sociedade. Em *A ideologia alemã*, obra que marca a cesura do pensamento entre o jovem e o maduro Marx, e a qual, segundo o próprio Althusser, já traz parte essencial do materialismo histórico (ainda que utilizando termos e alguns conceitos da velha ideologia que fora suprimida), encontramos a máxima de que “não é a consciência dos sujeitos que transforma a realidade, mas a realidade que transforma a consciência dos sujeitos”. Quando Marx faz essa afirmação, longe de querer transformar todos os indivíduos em uma espécie de autômatos dirigidos pelo sistema de organização social (algo que fica evidente no próprio texto citado e em muitos outros, vide *O manifesto*, *O 18 de Brumário* etc), ele está querendo demonstrar apenas que existe uma prioridade epistemológica e ontológica da reprodução concreta da materialidade por sobre todos os outros ramos subjetivos (inclusive a própria subjetividade deve possuir uma existência concreta e material)⁸. Nesse sentido, uma “revolução em sentido forte” (formulação althusseriana), a qual necessariamente transforma radicalmente a natureza de classe do estado e de suas instituições (uma revolução socialista suprimiria a exploração de classe), que cria uma completamente nova lógica de reprodução das forças produtivas e das relações de produção, uma tal sociedade derivada desse processo deveria, seguindo a lógica da

⁸ Esta noção de ideologia como “escamoteamento da relação fundamental de exploração de classe” aparece primeiro em *A Ideologia Alemã*, de Marx, e é corroborada pelas elaborações althusserianas. Isso aparece irrefutavelmente, sobretudo, nos artigos *Contradição e sobredeterminação* e *Sobre a Dialética Materialista* (ALTHUSSER, 1967): nestes, dentre outras coisas, emerge a noção central de *Teoria*, esta consiste em diferenciar o materialismo histórico (“Teoria” com “T” maiúsculo) de todas as demais teorias (“teorias” com “t” minúsculo). Segundo o autor, o que diferenciaria a ciência marxista de todas as teorias de cunho ideológico (ciências positivas, religião, filosofia etc) seria o fato de o materialismo histórico ser a única Teoria a conceber o todo social enquanto *todo complexo estruturado*, isto é, a sociedade vista como uma “totalidade orgânica contraditória” onde as relações determinantes são reproduzidas através de um processo de inter-relação estrutural o qual têm seu impulso na luta de classes em suas distintas e complexas manifestações. Destarte, as demais visões de mundo seriam ideológicas por não se coadunarem frente ao movimento concreto do real, umas acabam por ocultar a exploração de classe por serem visões parciais e fragmentárias da realidade (ciências positivas), outras escondem a dominação pelo fato de adotarem princípios completamente abstratos no que diz respeito à realidade (filosofia e religião). A noção de AIE (in *Sobre a Reprodução*, ALTHUSSER, 1999) é definida majoritariamente por esta notação, os AIE do Estado capitalista concorrem para reproduzir a moral, a ideologia jurídica, e as relações de propriedade e exploração vigentes de modo que os sujeitos reifiquem estas ao ponto de reproduzi-las acreditando serem de fato “livres”.

determinação em última instância das forças produtivas, criar sujeitos completamente diferentes em todos os aspectos. Correto?

Não exatamente. Na análise do conceito de ideologia, Althusser concebe a continuidade da forma de consciência denominada “ideologia” por toda a história e mesmo em uma sociedade socialista. Isso se daria, pois, “ideologia” (visão imaginária dos sujeitos sobre suas condições reais de existência) se desdobraria em uma dupla conceptualização: por um lado, ideologia é esse conjunto moral, prático, político etc, o qual constitui uma Tese de ideologia dominante que cumpre o papel de escamotear a luta de classes através de suas instituições (nesse sentido a ideologia possuiria um limite historicamente determinado).

A ideologia existe não no 'mundo das idéias' concebido como 'mundo espiritual', mas em instituições e nas práticas próprias dessas mesmas instituições. Seríamos até tentados a dizer ainda mais precisamente: a ideologia existe em aparelhos e nas práticas próprias desses mesmos aparelhos. É nesse sentido que tivemos a ocasião de dizer que os aparelhos ideológicos de Estado concretizam, no dispositivo material de cada um deles e nas suas práticas, uma ideologia que lhes era exterior que designamos por ideologia primária e que, agora, podemos chamar por seu nome: ideologia de Estado, unidade dos temas ideológicos essenciais da classe dominante ou das classes dominantes. (ALTHUSSER, p.179, 1999)

Por outro lado, através da constatação empírica de que a forma ideologia manteve-se por toda a história da humanidade até os dias de hoje, Althusser afirma, utilizando-se de menção direta a Freud, que a ideologia enquanto uma forma de consciência (“consciência imaginária acerca das relações reais”) seria uma condição intrínseca à condição humana, permanecendo mesmo em uma outra sociedade dirigida por aparelhos reprodutores de uma relação não exploratória de existência – essa visão limita o alcance da emancipação humana na medida em que afirma que o indivíduo jamais será plenamente dirigente de sua própria existência. Assim, podemos dizer que as formulações althusserianas que se mostraram otimistas em relação à possibilidade de ruptura revolucionária, são altamente pessimistas em relação à amplitude que esse ato emancipatório pode ter. Lembremos que essa postura negativa parte diretamente de uma analogia entre a teoria da ideologia e a teoria do inconsciente freudiano.

Com efeito, por um lado, creio poder defender que as ideologias *tem uma história própria* (embora ela seja determinada, em última instância, pela luta de classes nos aparelhos da reprodução das

relações de produção); e, por outro lado, creio poder defender, ao mesmo tempo, que *a ideologia em geral não tem história*, não em sentido negativo (o de que sua história lhe é exterior), mas em um sentido absolutamente positivo. (ALTHUSSER, P.197, 1999)

E prossegue:

Esse sentido é positivo, se é verdade que o caráter próprio da ideologia é ser dotada de uma estrutura e de um funcionamento tais que estes a transformam em uma realidade não-histórica, isto é, onihistórica no sentido de que essa estrutura e esse funcionamento estão presentes, sob uma mesma forma, imutável, no que se chama história inteira, no sentido de que o *Manifesto* define a história como a história da luta de classes, isto é, *a história das sociedades de classes*. (ALTHUSSER, P.197, 1999)

De forma geral, podemos sintetizar as posições até agora expressas da seguinte maneira:

- Ambos os autores sustêm uma atitude negativa e pessimista em relação ao processo global que levaria a uma plena libertação da humanidade das amarras por ela própria criadas.
- Marcuse: cético em relação à possibilidade de uma revolução social real em seu presente histórico, mas altamente entusiasta das possibilidades humanas derivadas de uma outra lógica, não repressora, de desenvolvimento civilizacional – acredita em uma ampla emancipação.
- Althusser: entusiasta da possibilidade de uma revolução (destruição dos aparelhos de estado burgueses e edificação de novos e completamente distintos aparelhos de estado proletários), mas altamente cético em relação ao alcance e amplitude que possa ter esse ato de emancipação humana – o homem continuaria a viver no engano ideológico.

A constatação que podemos fazer da comparação acima realizada é, justamente, que o ceticismo de ambos os autores encontra um fundamento teórico em uma leitura de Freud. Também é notório que o impulso em favor da emancipação humana encontrou seu sustentáculo teórico sempre que os autores se aproximaram das formulações marxistas. Esse é um aspecto comum aos dois autores, o qual deve ser considerado como uma das principais conclusões desse breve artigo.

Mas, donde veio tal postura cética? Por que esse ceticismo apresenta-se sempre mais associado ao arcabouço teórico freudiano do que ao marxista?

Algumas hipóteses nos ajudam a explicar essas supostas “deficiências” nas teorias acima descritas. Essas hipóteses se fundamentam sobretudo na própria conjuntura histórica em que estavam inseridos nossos autores. A despeito de ambos buscarem formular uma leitura totalizante da realidade histórica humana, seu pessimismo pode ser explicado a título das omissões e incompreensões dos autores acerca de sua própria história. Mais precisamente, esse posicionamento teórico encontra algumas hipóteses explicativas na noção supracitada do historiador Perry Anderson de “marxismo ocidental”.

Cabe aqui uma advertência: o objetivo desse artigo, o de comparar Marcuse e Althusser, já foi cumprido nas linhas precedentes. Assim, a breve menção que doravante faremos das formulações de Perry Anderson deve ser considerada nada além do que indicações e notas para uma pesquisa que ainda carece de desenvolvimento, jamais deve ser considerado como resolução aos problemas que apenas inicialmente esboçamos.

Em *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*, Anderson descreve como o marxismo é, desde sua origem com Marx e Engels, não só uma teoria, mas um esforço para desenvolver a práxis revolucionária. A unidade entre teoria e a prática no movimento operário, entre o trabalho de formulação e a militância no partido revolucionário, são dois momentos absolutamente necessários da dialética do materialismo histórico. A primeira e segunda geração de marxistas esteve sempre preocupada em desenvolver a teoria de acordo com os problemas práticos impostos pela conjuntura política, pelo movimento socialista internacional ou pela reflexão e prática da revolução em diversos territórios nacionais. Em síntese, diferentemente da teoria burguesa, para o materialismo histórico teoria e prática revolucionária são dois momentos de uma mesma totalidade.

No entanto, a partir da década de 1920 em diante começa a surgir uma nova perspectiva no pensamento marxista, perspectiva essa que deixou de lado a reflexão direta sobre a práxis revolucionária e confinou o marxismo à reflexão meramente teórica. Quer dizer, todas as gerações posteriores à geração revolucionária sucumbiram a um progressivo abandono dos temas candentes da luta de classes real para refletir outra espécie de temas. Esse deslocamento da reflexão teórica se deu, segundo Anderson, do ponto de vista objetivo, por um lado, dada a degeneração do processo revolucionário russo no fenômeno histórico do stalinismo (uma camarilha burocrática que se estabeleceu enquanto fração privilegiada sobre a classe trabalhadora) e a ascensão do

fascismo (grande derrota da organização da classe trabalhadora). De outra sorte, a vitória que o exército vermelho stalinizado obteve sobre os exércitos nazifascistas moralizou os partidos comunistas de todo o mundo, mas esse partido já não possuía mais, sob intervenção direta do stalinismo (perseguição e assassinato da geração revolucionária, censura e cerceamento do debate político e teórico, fim do internacionalismo etc), a perspectiva revolucionária, o que promoveu um largo desenvolvimento das massas trabalhadoras e intelectuais em um sentido que não ajudava a impulsionar as lutas revolucionárias.

Foi nesse novo panorama que a teoria revolucionária completou a metamorfose, resultando no que, retrospectivamente, pode ser hoje chamado de “marxismo ocidental”. Com efeito, o conjunto das obras composta pelos autores que agora focalizaremos constitui uma configuração intelectual inteiramente nova no desenvolvimento do materialismo histórico. Em suas mãos, o marxismo tornou-se um tipo de teoria que, em certos aspectos críticos, era muito diferente de tudo o que o precedera. Em particular, houve um drástico deslocamento dos temas e preocupações característicos de todo o grupo anterior de teóricos que chegaram à maturidade política antes da Primeira Guerra Mundial, numa evolução que era ao mesmo tempo de geração e região geográfica. (ANDERSON, p.46, 2004)

Essa mudança significa, como dissemos:

A unidade orgânica entre teoria e prática realizada pelos teóricos da geração clássica de marxistas antes da Primeira Guerra – os quais desempenharam uma função político intelectual indivisível em seus respectivos partidos políticos na Europa central e oriental – seria progressivamente desfeita entre 1918 e 1968, na Europa ocidental. (ANDERSON, p.50, 2004)

Por conseguinte, essa mudança temática e afastamento entre teoria e prática, efeito da repressão stalinista, foi uma tendência do pensamento crítico em geral, ainda que tenha se abatido sobretudo sobre a intelectualidade ligada aos Partidos Comunistas do mundo todo, principalmente. Porém, segundo a noção de marxismo ocidental, mesmo a escola de Frankfurt, a qual em seu primórdio foi altamente ligada ao movimento operário, tomou um progressivo rumo em direção à teoria acadêmica burguesa. Isso não significa que essa modalidade teórica tenha sido completamente estéril, contudo, a constatação feita em nossa referida noção mostra que toda a assimilação e diálogo desse tipo de marxismo para com o pensamento burguês, esse “deslocamento da tensão dialética entre teoria e prática para a teoria marxista e a teoria

burguesa”, provocou um esvaziamento da potencialidade revolucionária da teoria. O significado profundo desse fenômeno pode ser compreendido nos seguintes termos:

Como Sartre afirmaria mais tarde, de 1924 a 1968 o marxismo não “parou”, mas seu avanço ocorreu afastado da prática política revolucionária. O divórcio entre os dois foi determinado por todo um contexto histórico. No seu nível mais profundo, o destino do marxismo na Europa foi regido pela ausência de qualquer levantamento revolucionário depois de 1920, se excetuarmos os ocorridos em países culturalmente periféricos, como Espanha, Iugoslávia e Grécia. Foi também, e de modo inseparável, um resultado da stalinização dos partidos comunistas, os herdeiros formais da Revolução de Outubro, o que tornou impossível qualquer trabalho teórico genuíno dentro da política, mesmo na ausência de levantes revolucionários – contra a ocorrência dos quais contribuíram os próprios partidos. A característica oculta do marxismo ocidental como um todo, portanto, é ser produto de uma *derrota*: o fracasso da revolução socialista em propagar-se para fora da Rússia, causa e consequência de sua corrupção dentro daquele país, é a base teórica de toda a tradição teórica desse período. (ANDERSON, p.62, 2004)

Nessa perspectiva, podemos pensar aquilo que classificamos como uma atitude pessimista em relação à revolução e ao alcance da emancipação humana em Marcuse e Althusser. Tanto a postura marcuseana de sustentar um otimismo em relação ao alcance que a emancipação humana pode ter em outro estágio civilizacional e seu pessimismo em relação à possibilidade de uma mudança concreta presente, quanto à postura althusseriana otimista em relação à derrubada do estado capitalista e seu pessimismo no concernente ao alcance da emancipação dos sujeitos, ambas, segundo Anderson, devem ser vistas como expressões distintas dessa mesma derrota objetiva do movimento revolucionário frente ao stalinismo.

A hipótese que poderíamos aventar é que a postura de Marcuse, altamente pessimista em relação à possibilidade revolucionária imediata, nada mais é do que uma reação ao advento do stalinismo, considerando-o criticamente como não-emancipatório. Uma crítica altamente pertinente a qual, no entanto, acaba permanecendo apenas no momento meramente negativo, não trazendo alternativas para a superação desses limites. Essa atitude poderia ser entendida, inicialmente, nos termos descritos por Anderson, como resultado do caráter filosófico acadêmico desses escritos, dado o pouco contato desse pesquisador para com o movimento real das massas. Também, por outro lado, a assimilação de elementos do pensamento burguês, fundamentalmente Freud, pode ser a causa dessa postura pessimista em relação a força da classe trabalhadora.

Em Althusser, a influência stalinista se mostra em um caminho, por assim dizer, inverso. Ao admitir a possibilidade revolucionária e, ao mesmo tempo, refutar a possibilidade de uma emancipação plena dos sujeitos (onde o sistema ideológico continuaria a se reproduzir eternamente), segundo o raciocínio introduzido por Anderson, estariam as elaborações althusserianas a corroborar (conscientemente ou não) a concepção objetiva que emergiu do Estado soviético stalinizado. Como essa burocracia aparecia como a “herdeira formal” da Revolução de Outubro (ainda que na prática aplicasse uma política inversa daquela própria do bolchevismo revolucionário), nosso autor teria mantido a postura oficial do stalinismo (lembramos que Althusser compunha as fileiras do Partido Comunista da França), dessa maneira, reivindicando o estado soviético (por isso era otimista para com a possibilidade de derrubada do estado burguês), mas sendo altamente pessimista em relação à emancipação real (já que o stalinismo se configurou como uma forma de dominação, por definição, pequeno-burguesa).

Assim, por esta hipótese, o pessimismo dos dois autores estaria fundamentada na existência do stalinismo, com Marcuse teríamos uma refutação veemente, mas negativa do stalinismo. Com Althusser encontraríamos uma reivindicação do stalinismo, inclusive em seus aspectos altamente degenerados e os mais distantes possíveis do marxismo revolucionário.

Com isso, pretendemos ter dado conta de expor os aspectos e hipóteses mais fundamentais de nossas problemáticas. No mais, todas as indicações e glosas que aqui foram expostas devem ser objeto de pesquisa futura que já está em andamento.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*; Ed. Petrópolis, RJ, 1999.
_____. *Análise crítica da teoria marxista*; Ed. Zahar, RJ, 1967.
_____. *O futuro dura muito tempo*; Ed. Companhia das Letras, 1992.
ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*; Ed. Boitempo, SP, 2004.
LÊNIN, V. *O Estado e a revolução*; Ed. Expressão Popular, SP, 2007.
MARX, K. *A Ideologia Alemã*; Ed. Boitempo, SP, 2007.
_____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*; Ed. Expressão Popular, SP, 2008.
MARCUSE, H.; *Eros e Civilização*; Ed. Zahar, RJ, 1981.